



JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.jfrs.jus.br

EDITAL PREGÃO Nº 8/2026

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**, Divisão de Apoio Administrativo, em cumprimento às determinações do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(íza) Federal, Diretor(a) do Foro, torna público, a todos os interessados, a realização do **Pregão Eletrônico n.º 90008/2026**, pelo critério de julgamento de menor preço, regime de execução indireta por empreitada por preço global mensal, visando à **contratação de serviço de natureza continuada na área de Odontologia, compreendendo o serviço de 1 (um) Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre**, situada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre RS, CEP 90010-395, **conforme especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência**, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, o Decreto n.º 11.246/2022, a Lei Complementar n.º 123/2006, a Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 e demais normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

No **dia 10/07/2026, às 13h30min (horário de Brasília)**, em sua sede localizada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, 3º andar, ala Oeste, Bairro Praia de Belas, em Porto Alegre/RS, CEP 90010-395, será realizada a sessão pública *on line* por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a **contratação de serviço de natureza continuada na área de Odontologia, compreendendo o serviço de 1 (um) Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre**, situada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre RS, CEP 90010-395, **conforme especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência**, integrante do presente instrumento convocatório.

1.2. As licitantes concorrerão no certame com o **menor valor global mensal para prestação dos serviços descritos no Anexo I – Termo de Referência**.

1.2.1. O valor global mensal com o qual a licitante concorrerá é obtido por meio do preenchimento das planilhas presentes no Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços para o posto de trabalho;

1.2.2. Para elaboração das propostas para concorrer no certame, **recomenda-se** aos licitantes o preenchimento **PRÉVIO** da planilha presente no Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços.

1.2.3. As licitantes deverão elaborar suas propostas considerando os salários e demais benefícios definidos pelo sindicato da categoria.

1.2.3.1. **Deverá ser utilizada a remuneração atualizada para fins de cálculo do menor valor global mensal. Se já houver CCT homologada informando a remuneração atual para uma das cidades, essa remuneração deverá ser utilizada como referência em todas as demais onde a CCT não tenha sido homologada ainda.**

1.3. As licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão Eletrônico.

1.4. A vigência do contrato será de **20 (vinte) meses**, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. Conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 fica autorizada a prorrogação decenal do Contrato decorrente desta Licitação, desde que atendidas todas as condições estipuladas no referido artigo e na Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. A previsão do início da prestação dos serviços será no dia 03/08/2026.

1.5. Antes do início da prestação de serviço, objeto desta licitação, a contratada deverá comprovar o vínculo empregatício, ao Gestor do contrato, do trabalhador que prestará os serviços nas dependências da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

1.5.1. Durante a execução do contrato, havendo substituição de mão de obra pela contratada, deverá ser comprovado o vínculo empregatício do profissional substituto, ao Gestor do Contrato, antes do início das atividades.

1.5.2. A comprovação do vínculo empregatício se dará mediante apresentação do Contrato Social ou CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) de cada profissional.

1.6. Juntamente com a comprovação do vínculo empregatício, a contratada deverá comprovar a qualificação exigida para o profissional previsto no Anexo I – Termo de Referência.

1.7. Os serviços objeto da presente licitação serão desenvolvidos em conformidade com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, integrante do presente Edital, podendo sofrer alterações, nos termos da Lei e de acordo com as necessidades da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

1.8. Para a execução diária dos serviços a licitante vencedora deverá manter sempre disponíveis à utilização imediata, todos os insumos necessários, constantes do Anexo I – Termo de Referência, a serem Fornecidos pela Licitante Vencedora/Contratada, deste Edital.

1.9. **É VEDADA** a participação de cooperativas no presente certame, em consonância com a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União, de 13/07/2012, e Acórdão nº 2.221/2013 – Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 22/08/2013.

1.10. A descrição completa dos serviços e demais obrigações da futura Contratada em relação ao objeto estão presentes no Anexo I – Termo de Referência.

1.11. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.12. O orçamento estimado desta contratação é de **R\$ 5.781,35** (cinco mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) mensais.

1.13. **Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a licitação referente destina-se, exclusivamente, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.**

1.14. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III – Minuta de Contrato;
- d) Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços (arquivo Excel em anexo);

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esta licitação, sob a modalidade Pregão, será realizada em sessão pública *on-line*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.1.1 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

2.2. Para participação neste Pregão as empresas, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverão:

2.2.1. atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

2.2.2. estar devidamente credenciadas no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

2.2.3. possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei n.º 14.133/2021.

2.5. Não poderão participar desta licitação:

2.5.1. pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

2.5.2. empresa ou sociedade estrangeira;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.6. empresa declarada impedida para licitar ou contratar com a União, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021;

2.5.7. empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021;

2.5.8. cooperativas, em consonância com a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União, de 13/07/2012, e Acórdão nº 2.221/2013 – Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 22/08/2013; e

2.5.9. empresas que não estejam enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos dos art. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

2.6. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

2.6.1. estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

2.6.2. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

2.6.3. ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br, incluindo-se a proposta com o objeto ofertado e preço.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se previamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) para utilização do Sistema Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

- 3.1.1. credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 3.1.2. qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança deverá ser comunicado imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;
- 3.1.3. o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico www.gov.br/compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os interessados em participar desta licitação deverão acessar o Sistema de Compras do Governo Federal para encaminhar a sua proposta comercial, exclusivamente por meio eletrônico, onde conste a descrição do objeto/item a que se refere, bem como as seguintes informações:

4.1.1. **Valor global mensal** para prestação dos serviços previstos no Anexo I – Termo de Referência. O Valor global mensal será composto pelo resultado do somatório do custo de cada posto de trabalho em cada cidade prevista no objeto.

4.1.2. O preço dos serviços vinculados a mão de obra deverá ser composto com base no **Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da(s) respectiva(s) Categoria(s) Profissional(is)**. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com materiais e equipamentos, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora, sendo que a atualização dos valores contratuais observará as disposições do que consta na Minuta de Contrato – Anexo III, deste Edital.

4.1.2.1. Nos termos previstos neste Edital, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação do Pregoeiro, para apresentação das **Planilhas de Custos e Formação de Preços** (Anexo IV deste Edital) pela licitante melhor classificada, contemplando o lance final ofertado para a prestação dos serviços e constando, obrigatoriamente, o detalhamento dos custos que compõem o preço final. Tais planilhas servirão para acompanhamento da execução do contrato.

4.1.3. Nesta oportunidade, também deverá ser entregue o **Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho**, se houver, da(s) categoria(s) profissional(is) em questão, bem como a **certidão contendo o percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) aplicado**.

4.2. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.5. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

4.6. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de cadastramento.

4.7. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, **deverão declarar, em campo próprio do sistema Comprasnet, que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006** para os fins do disposto no art. 13, §2º, do Decreto nº 8.538/2015.

4.10. **As empresas que realizem cessão ou locação de mão de obra não poderão se beneficiar da condição de optante do regime tributário Simples Nacional, estando sujeitas à exclusão obrigatória, nos termos do art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II, e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.**

4.10.1. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, §5º - B, C, D e E, conforme disposto no art. 18, §5º-H, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

5.3. A partir da abertura da sessão pública até o encerramento da fase lances, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer através do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (*chat*), vedada qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

6 – DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Por ocasião do início da fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.3. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.3.1. as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.4. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

- 6.4.1. A hipótese de exclusão da proposta implica retirada da licitante da participação do certame.
- 6.4.2. A licitante que tiver o lance excluído poderá retornar imediatamente com a sua proposta.
- 6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. A cada novo lance ofertado após o oitavo minuto, o cronômetro será reiniciado com um tempo adicional de dois minutos. Caso não haja novos lances dentro desse período, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.7. No modo de disputa aberto, será observado um intervalo mínimo de diferença de **R\$ 20,00 (vinte reais)** entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.8. Após o término da etapa de lances, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.9. Caso haja somente propostas iniciais, sem lances, serão aplicados os critérios de desempate nos art. 36 e 37 do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso o empate persista, haverá sorteio eletrônico pelo sistema dentre as propostas empatadas.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.2. Na hipótese do melhor lance conter valor superior ao estimado pela Administração, o pregoeiro encaminhará negociação buscando a obtenção de melhor valor.
- 7.3. No julgamento das propostas considerar-se-ão o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos, o menor preço, o valor estimado da contratação e a exequibilidade dos valores ofertados.
- 7.4. Na fase de aceitação das propostas, o pregoeiro poderá solicitar o envio de anexos ou declarações, preferencialmente via sistema *Compras.gov.br* (convocação de anexo), relativamente ao último lance ofertado, e também solicitará apenas ao fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar o envio da proposta, adequada ao valor do lance final ou da negociação, nos moldes do Anexo II deste Edital. Os anexos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstrativo de composição de preços.
- 7.4.1. A licitante disporá de, no mínimo, 02 (duas) horas, estabelecidos e prorrogáveis a critério do pregoeiro, para o envio do(s) anexo(s) solicitado(s).
- 7.4.2. A não apresentação do(s) anexo(s) solicitado(s) no tempo fixado acarretará a não aceitação da proposta da licitante.
- 7.5. O pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e desclassificará a proposta que:
- 7.5.1. contiver vício insanável;
- 7.5.2. não obedecer às especificações técnicas definidas no Termo de Referência;
- 7.5.3. apresentar preços inexecutáveis ou acima do estimado para a contratação;
- 7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- 7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. É **condição prévia à fase de habilitação** da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo pregoeiro da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

8.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

8.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

8.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

8.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

8.2. Para habilitação neste pregão eletrônico, a licitante deverá apresentar os **comprovantes de regularidade fiscal Federal (FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Previdência Social), Municipal e Trabalhista (CNDT)**, cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, confirmado por meio de consulta durante a sessão.

8.2.1. inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme art. 68, I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN.

8.2.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao pregoeiro como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

8.2.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

8.2.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal obedecerá o seguinte:

8.2.4.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.2.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará a inabilitação da licitante.

8.3. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar as seguintes declarações:

8.3.1. ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

8.3.2. minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

8.3.3. atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

8.3.4. inexistência de impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

8.3.5. cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis;

8.3.6. manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.3.7. cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos,

salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

8.3.8. observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.3.9. cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

8.3.10. As declarações previstas neste item 8.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo pregoeiro durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

8.4. Para fins de habilitação técnica deverá ser apresentado pela empresa licitante:

8.4.1. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades por cotas de responsabilidade limitada e sociedades anônimas, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, de modo a que seja possível ao Pregoeiro verificar a adequação entre o objetivo social da empresa e o objeto licitado;

8.4.2. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5. Para fins de habilitação econômico-financeira, deverão ser apresentados pela empresa licitante:

8.5.1. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, dentro do prazo de validade, ou se esse não constar, emitidas no período de 30 (trinta) dias antes da abertura da Sessão do Pregão, por todos os Cartórios Distribuidores da sede da licitante;

8.5.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.6. A comprovação da condição de **microempresa ou empresa de pequeno porte** poderá ser feita mediante apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, ainda, por outro meio idôneo e formal de certificação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida por órgão competente, tudo consoante o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.7. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

8.8. Os documentos e certidões exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou sítios oficiais para consulta/verificação, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 14.133/2021, deverão ser encaminhados ao pregoeiro das seguintes formas:

a) mediante solicitação por arquivo anexo ao sistema Compras.gov.br; ou

b) escaneadas e enviadas para o e-mail licitacao@jfrs.jus.br.

9 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. A **proposta comercial** ajustada ao valor do lance final ou da negociação, bem como os demais documentos certidões e/ou declarações/atestados exigidos para habilitação da licitante, serão solicitadas pelo pregoeiro, pelo chat, para serem enviados, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por razões de fato ou de direito, no interesse da Administração.

9.1.1. Solicita-se às empresas que as propostas sejam encaminhadas nos moldes do Anexos II deste Edital.

9.1.2. A proposta comercial, a ser enviada nos termos previstos neste item, deverá conter a identificação do proponente, CNPJ, endereço eletrônico, endereço comercial, números de telefone e *homepage* e ser apresentada obrigatoriamente em meio eletrônico, datada e assinada pelo responsável legal da empresa,

observados os demais dados e prazos exigidos neste Edital (ver item 4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL).

9.1.3. preço global mensal, indicado em moeda corrente nacional; no referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com materiais e equipamentos, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora, vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, sendo a atualização dos valores contratuais nos termos do que consta na Minuta de Contrato – Anexo III, deste Edital.

9.1.4. Nesse mesmo prazo, deverão ser apresentados documentos ou comprovantes de regularidade fiscal eventualmente vencidos no SICAF, observado o que dispõe este Edital em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, quanto a obrigatoriedade de apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.1.5. A razão social e o número do CNPJ serão os mesmos constantes da documentação de cadastro e Nota Fiscal a ser emitida.

9.1.6. A licitante vencedora deverá encaminhar cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação, no caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF.

9.2. Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo constante do Anexo IV, deste Edital, a qual deverá atender aos seguintes requisitos:

9.2.1. a Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ter por base o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional em questão, do último dissídio e deverão constar todos os elementos que influam no custo operacional, inclusive tributos e encargos sociais;

9.2.1.1. As Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão ser enviadas, também, no formato “xls” (Excel).

9.2.2. não deverão ser incluídos na Planilha de Custos e Formação de Preços os tributos Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em face da proibição contida no item 9.1 do Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário;

9.2.3. se o proponente possuir regime tributário diverso do representado na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada como padrão pela JFRS, deverá apresentar sua Planilha em formato condizente com o regime tributário ao qual pertence, resguardadas todas as exigências cabíveis constantes da Planilha de referência;

9.2.4. **GFIP** ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do proponente;

9.2.5. nos casos em que for necessária, memória dos cálculos que a proponente utilizará para o pagamento de cada verba trabalhista (Intrajornada, Adicional Noturno, Risco de Vida, Descanso Semanal Remunerado, Horas Extras e respectivos reflexos) apontando os correspondentes fundamentos normativos (legislação, convenção coletiva, etc);

9.3. Convenção Coletiva de Trabalho da(s) categoria(s) profissional(is) que executarão os serviços, com base no último dissídio, deverá ser entregue junto com as Planilhas de Custos e Formação de Preços.

9.4. prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

9.5. Havendo omissão aos prazos referidos neste item, aplicar-se-ão os termos nele estipulados.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro oportunizará às licitantes, manifestarem motivadamente eventual intenção de interpor recurso, concedendo o prazo de 03 (três) dias para apresentação das suas razões.

10.1.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

10.1.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

10.2. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.3. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

10.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão, no prazo de 03 (três) dias, o remeterá, com a sua motivação, à autoridade superior para decidir em 10 (dez) dias.

10.5. Os autos eletrônicos do processo correspondente a este procedimento licitatório poderão ser solicitados à Seção de Licitações e Compras da Divisão de Apoio Administrativo, mediante solicitação de acesso virtual externo ou no endereço indicado no preâmbulo deste edital, seja para formulação de razões de recurso ou de contrarrazões.

10.6. A contagem dos prazos será feita em dias úteis, excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

10.7. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, atendidas todas as exigências fixadas neste Edital e observado o critério de menor preço, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado os atos desta licitação pela autoridade competente.

11.2. A adjudicação será pelo menor valor global mensal.

12 – DA NOTA DE EMPENHO

12.1. A Nota de Empenho será emitida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação.

12.1.1. A inobservância deste prazo pela Administração não afeta o direito subjetivo de contratar da licitante vencedora, salvo hipótese de revogação ou nulidade do procedimento.

12.2. Após emitida, a Nota de Empenho será apresentada, remetida ou transmitida à licitante vencedora, pelas formas e meios de comunicação ou intimação previstos neste Edital, constituindo este ato a sua convocação para assinatura do instrumento de contrato.

13 – DO CONTRATO

13.1. Integra o presente Edital, em anexo, a minuta do instrumento de contrato, que será assinado eletronicamente entre a JFRS e a licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações, sob pena de caracterizar renúncia ao seu direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas para a hipótese. A assinatura da licitante vencedora se dará mediante login e senha fornecidos pelo TRF4, em conformidade com o disposto no modelo de proposta de preços (Anexo II).

13.1.1. Observado o prazo de validade da proposta, o prazo previsto para a assinatura do instrumento de contrato poderá ser prorrogado, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e aceita pela Administração.

13.1.2 Durante a habilitação será verificada pelo pregoeiro, para ciência do participante, a inexistência de registro ativo no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) em

nome da licitante, exigida como requisito indispensável por ocasião da assinatura do contrato, nos termos dos arts. 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

13.1.3. O licitante declarado vencedor que, na data designada para a assinatura do contrato, possuir pendências no CADIN, será impedido da realização do ato, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeito a mesma a sanção respectiva, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes para negociação, na ordem classificatória, conforme a legislação vigente.

13.2. Se o proponente vencedor não apresentar situação regular na assinatura do contrato ou se recusar tácita ou expressamente a assinar o instrumento contratual, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser convocada outra licitante, na ordem de classificação para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.2.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.2, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima da licitante vencedora, na forma do art. 90, § 4º, da Lei 14.133/2021.

13.2.2. Poderá ser adjudicado e celebrado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3 No momento da assinatura do contrato, a JFRS solicitará à empresa vencedora do certame licitatório documentação referente ao profissional indicado pelo contratado para a ocupação do posto de serviço deve comprovar registro, na categoria de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB), junto ao Conselho Federal de Odontologia e inscrição no Conselho Regional de Odontologia – Rio Grande do Sul indicado no item 4 do Termo de Referência - Anexo I.

13.3.1. O profissional não deve estar respondendo a processo ético-disciplinar.

13.3.2. Neste período, a contratada deverá comprovar o **vínculo empregatício** do profissional que prestará o serviço.

13.4. A comprovação do vínculo empregatício se dará mediante apresentação do Contrato Social ou CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) de cada profissional.

13.5. Por ocasião da assinatura do contrato ou até o primeiro dia da sua vigência, a empresa deverá apresentar formalmente ao Gestor, para aceitação da JFRS, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do JFRS ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do contrato.

13.6. A existência, no quadro societário da licitante vencedora, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, implicará impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução nº 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

13.7. Por ocasião da prorrogação do contrato, de acordo com o art. 107, da Lei nº 14.133/2021, além da documentação relativa à regularidade fiscal e de débitos trabalhistas, serão consultados os sítios oficiais para verificação da seguinte documentação:

13.7.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

13.7.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

13.7.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

13.7.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

14 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

14.1. O objeto da presente licitação será recebido e pago pela JFRS de acordo com o constante no Anexo III – Minuta de Contrato, integrante do presente Edital.

15 – DAS SANÇÕES

15.1. A recusa da adjudicatária em assinar o instrumento contratual, sujeitá-la-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado da contratação.

15.2. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a licitante poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e das multas previstas neste Edital, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

15.2.1.dar causa à inexecução parcial da execução do objeto;

15.2.2.dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3.dar causa à inexecução total do objeto;

15.2.4.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.2.5.não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.6.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.7.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.2.8.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto;

15.2.9.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

15.2.10.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.11.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.2.12.praticar ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.3. Na aplicação das sanções previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 156, "caput", da Lei n.º 14.133/2021.

15.4. As multas e outras penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante ou contratada, no SICAF.

15.5. Assinado o contrato (vide Anexo III), prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

16 – DOS PRAZOS

16.1. Todos os prazos para cumprimento de obrigações por parte da Contratada, estabelecidos neste Edital e em seus anexos, bem como no futuro Contrato, serão contados em **dias contínuos**, não se interrompendo em sábados, domingos ou feriados, **salvo disposição expressa em contrário neste instrumento**.

16.2. Na contagem dos prazos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.

16.2.1.Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil seguinte ao da comunicação, notificação ou intimação, ou da data estabelecida como marco inicial para o cumprimento da obrigação.

16.2.2. Se o vencimento do prazo recair em dia em que não houver expediente administrativo no órgão contratante, ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

16.3. A contagem do período de atraso para fins de apuração de mora e aplicação de sanções iniciar-se-á no primeiro dia subsequente ao do encerramento do prazo fixado para o cumprimento da obrigação.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Apoio Administrativo, localizado no 3º andar, ala Oeste, do prédio-sede da Justiça Federal de 1º Grau – Subseção Judiciária de Porto Alegre, nos dias úteis, das 13 às 18 horas, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br e www.jfrs.jus.br.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

17.4. Por ocasião da análise das propostas e/ou documentação, poderá o pregoeiro diligenciar para sanar erros ou falhas, conforme art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

17.5. Caso verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, o pregoeiro poderá encaminhar à Comissão de Contratação os documentos de habilitação, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.

17.6. As **comunicações, solicitações, notificações ou intimações** da Administração decorrentes desta licitação, serão publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via **e-mail**, para o endereço eletrônico indicado pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

17.7. Informações complementares ou esclarecimentos de dúvidas relativas a esta licitação, inclusive técnicas, também deverão ser dirigidos à Seção de Licitações e Compras, por meio eletrônico (licitacao@jfrs.jus.br), até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da licitação.

17.8. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas/encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão desta licitação, por meio eletrônico, para o endereço licitacao@jfrs.jus.br.

17.9. As decisões/respostas às impugnações ou pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Compras.gov.br e vincularão os participantes e a Administração, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento, sem prejuízo da sua disponibilização na página do TRF4.

17.10. O pedido de vista aos autos do processo eletrônico, ao qual corresponde o procedimento licitatório, deverá ser solicitado pelo e-mail licitacao@jfrs.jus.br, e a liberação de acesso se fará via e-mail para o solicitante.

17.11. O número de UASG da Justiça Federal de 1º Grau no Rio Grande do Sul no Sistema Comprasnet é **090020**.

17.12. Fica assegurado à Justiça Federal de 1º Grau, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação.

17.13. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

17.14. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei nº 8.078/1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.

17.15. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas desta licitação.

Porto Alegre, 25 de junho de 2026.

Cléverton Tosetto Amaral,
Diretor da Divisão de Apoio Administrativo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Descrição do Objeto

Contratação de serviço na área de Odontologia, nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, compreendendo 1 (um) posto de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB).

2 – Motivação

Auxiliar tecnicamente o Odontólogo da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei nº 11889 de 24/12/2008, considerando a inexistência do cargo correspondente no quadro de servidores do Poder Judiciário Federal. A atuação do Auxiliar em Saúde Bucal garante que o atendimento odontológico seja oferecido de forma eficiente e dentro das normas de biossegurança.

3 - Documentos Integrantes da Proposta Comercial

Na proposta deverão estar inclusos quaisquer serviços ou despesas indispensáveis à execução do contrato, mesmo que não estejam discriminados no Termo de Referência.

4 - Outro documento legalmente previsto

O profissional indicado pelo contratado para a ocupação do posto de serviço deve comprovar registro, na categoria de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB), junto ao Conselho Federal de Odontologia e inscrição no Conselho Regional de Odontologia – Rio Grande do Sul. O profissional não deve estar respondendo a processo ético-disciplinar.

5 - Obrigações da Contratada:

Apresentar à Contratante toda a documentação exigida do Auxiliar em Saúde Bucal, para fins de verificação do cumprimento do exigido no Termo de Referência.

Indicar profissional para serviço na área de Odontologia, nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, compreendendo 1 (um) posto de Auxiliar de Saúde Bucal (ASB). O profissional que será alocado na prestação do serviço estará obrigado a atuar com cordialidade, disciplina, organização e respeito às normas da Contratante.

Indicar substituto durante as férias do profissional titular que contemple as mesmas exigências do titular.

Indicar substituto permanente com a mesma qualificação mínima exigida, no prazo de 48h, por solicitação do Fiscal do Contrato, no caso de problemas na prestação do serviço do profissional indicado.

Indicar substituto com a mesma qualificação mínima exigida, no prazo de 24h, no caso de afastamento por qualquer motivo do profissional originalmente indicado.

Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar o profissional indicado, assim como eventuais substitutos, neste sentido.

Elaborar plano de férias, compatível com o calendário de funcionamento do consultório odontológico, onde constará o nome do funcionário, a data prevista para início e término de suas férias.

Prever, na planilha de custos, pagamento de adicional de insalubridade (risco biológico) ao profissional indicado além do auxílio alimentação.

A Contratada disponibilizará os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados, que são de uso obrigatório para proteção dos profissionais de Saúde Bucal (luvas de procedimento, máscaras, óculos de proteção e gorro), mas que não eliminam nem neutralizam os riscos do contato com os agentes nocivos.

Fornecer uniforme para o profissional - no mínimo dois aventais em tecido branco com mangas longas - para permitir o atendimento dentro das normas de biossegurança e higienização. Os uniformes devem ser mantidos em bom estado, sem manchas e higienizados.

Os Materiais e Equipamentos que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA são:

Descrição	Medida	Cor	Qtd. por semestre
Jaleco em algodão de manga longa com emblema da empresa	Unidade	Branca	2
Sapato fechado	Par	Branca	1
Luvas de procedimento (100 unidades)	Caixa	-	6
Óculos de proteção	Unidade	-	1
Máscaras cirúrgicas (50 unidades)	Caixa	-	6

6- Descrição Dos Serviços

- 1- Organizar e executar atividades de higiene bucal;
- 2- Processar filme radiográfico;
- 3- Preparar o paciente para atendimento;
- 4- Auxiliar e instrumentar o Cirurgião-dentista nas intervenções clínicas;
- 5- Manipular materiais de uso odontológico;
- 6- Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;
- 7- Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- 8- Realizar o acolhimento do paciente;
- 9- Aplicar medidas de Biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- 10- Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;

- 11 - Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal;
- 12- Adotar medidas de Biossegurança visando ao controle de infecção;
- 13- Contribuir nas tarefas práticas e administrativas da Seção de Saúde;
- 14- outras, próprias da profissão, a pedido do Contratante e sob supervisão do Cirurgião-dentista.

7 - Obrigações da Contratante

A contratante informará à Contratada o calendário de funcionamento do consultório odontológico, incluindo feriados, recesso e outros em que haja alteração dos atendimentos.

A contratante indicará o Odontólogo da instituição para treinamento básico do uso dos materiais e equipamentos específicos da Instituição.

8 - Entrega de Material com Prazo Simples

Prazo de Entrega: 0 dias

Prazo de Reapresentação: 0 dias

Em caso de atraso, multa de: 1%

Limitado a: 10%

9 - Demais Prazos e Condições de Execução/Entrega

Início das atividades em 03 de agosto de 2026.

10 - Local da Prestação do Serviço / Entrega do Material

Os serviços serão prestados no consultório odontológico da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, situado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha número 600, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

Os serviços serão prestados diariamente, de segunda a sexta-feira, salvo feriados e dias em que não haja expediente na Seção Judiciária, sendo 8 horas de trabalho excluído o horário de descanso, perfazendo um total de 40 horas semanais.

O horário de trabalho deverá coincidir com o horário de atendimento do Odontólogo.

O horário de trabalho será de 8 horas diárias, sendo nas segundas-feiras e quartas-feiras das 10h as 19h com uma hora de intervalo para descanso e nas terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras das 8h as 17h com uma hora de intervalo para descanso.

O horário poderá ser alterado ao longo do contrato mas sempre respeitando o limite de 8 horas diárias, excluído o horário de descanso.

O profissional indicado deverá preferencialmente compatibilizar o período de férias com os períodos de funcionamento do consultório odontológico.

11- Prazos e Condições de Garantia

Início das atividades em 03 de agosto de 2026.

12 - Vigência do Contrato

O prazo de vigência deste contrato é de 20 (vinte) meses, contado da data da assinatura da ordem de serviço com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União. O contrato será prorrogado a cada 20 (vinte) meses, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) quando os serviços forem prestados regularmente;
- b) o CONTRATADO não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;
- c) a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
- d) o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- e) o CONTRATADO concorde expressamente com a prorrogação.

13 - Executores do Contrato

O gestor do contrato será a Diretora da Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, e fiscal o Supervisor da Seção de Saúde.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

- 1. Razão Social da Empresa:
- 2. CNPJ n.º(*):
- 3. Endereço:
- 4. Telefone:
- 5. E-mail:

A empresa acima qualificada apresenta sua proposta para os serviços objeto do **Pregão Eletrônico n.º XXXXX/2026**, de acordo com as especificações/condições constantes do Edital, seus Anexos e abaixo indicadas:

OBJETO	VALOR MENSAL GLOBAL
Contratação de serviço de natureza continuada na área de Odontologia, compreendendo o serviço de 1 (um) Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, situada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre RS, CEP 90010-395, conforme especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência	RS.....

Observações:

a) O preço com o qual a licitante concorrerá é o **Valor Global Mensal**.

b) A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo estipulado pelo pregoeiro, a **nova Planilha de Custos e Formação de Preços** (modelo conforme Anexo IV do Edital) adequada ao lance final.

6. Prazo de validade da proposta: (no mínimo sessenta dias, observado o que dispõe o Edital);

7. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE que assinará o contrato, caso vencedora do certame:

a) nome completo:

b) CPF:

c) e-mail:

d) telefone:

e) celular:

7.1. No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF, a licitante vencedora deverá encaminhar junto com esta proposta cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

ATENÇÃO: As empresas deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do Contrato. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Gestão do Sistema SEI deste Tribunal, por intermédio dos telefones (51) 3213-3820/3821 e e-mail: sei@trf4.jus.br.

....., de de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE
Carimbo CNPJ da empresa abaixo

(*) O número do CNPJ deve ser indicado claramente, devendo ser o mesmo constante da documentação do Cadastro e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato n.º/2026, de prestação de serviço de natureza continuada na área de Odontologia, compreendendo o serviço de 1 (um) Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, firmado entre a Justiça Federal de Primeiro Grau/SJRS e a empresa Processo Administrativo n.º 0001520-88.2026.4.04.8001.

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, com sede em Porto Alegre, na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, CNPJ n.º 05.442.380/0001-38, a seguir denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(íza) Federal, Diretor(a) do Foro, e a empresa....., com sede na....., inscrita no CNPJ sob o n.º....., endereço eletrônico, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por, Sr.(a), CPF n.º, firmam o presente Contrato de prestação de serviço do objeto abaixo descrito, oriundo da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 90008/2026, do tipo menor preço, sob regime de execução indireta por empreitada por preço global mensal, conforme o Edital da Licitação, proposta da licitante vencedora e Processo Administrativo em epígrafe, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 e Lei Complementar n.º 123/2006, a Instrução Normativa MPDG n.º

05/2017, sujeitando-se as partes às determinações das normas e legislação supra indicadas, suas alterações posteriores, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a **contratação de serviço de natureza continuada na área de Odontologia, compreendendo o serviço de 1 (um) Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre**, situada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre RS, CEP 90010-395, **conforme especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, Edital e seus anexos.**

1.1.1. No momento da assinatura deste CONTRATO, a CONTRATADA deverá apresentar o profissional indicado para a ocupação do posto de serviço deve comprovar registro, na categoria de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB), junto ao Conselho Federal de Odontologia e inscrição no Conselho Regional de Odontologia – Rio Grande do Sul.

1.1.1.1. O profissional não deve estar respondendo a processo ético-disciplinar.

1.1.2. O profissional designado para a prestação dos serviços deverá estar sob regime de relação de emprego, mediante remuneração, subordinação e assiduidade com a CONTRATADA.

1.2. Antes do início da prestação de serviço a CONTRATADA deverá comprovar o vínculo empregatício, ao Gestor do contrato, dos trabalhadores que prestarão os serviços nas dependências da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

1.2.1. Durante a execução do contrato, havendo substituição de profissional pela CONTRATADA, deverá ser comprovado o vínculo empregatício do profissional substituto, ao Gestor do Contrato, antes do início das atividades.

1.2.2. A comprovação do vínculo empregatício se dará mediante apresentação do Contrato Social ou CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) de cada profissional.

1.3. Juntamente com a comprovação do vínculo empregatício previsto no item 1.2, a CONTRATADA deverá comprovar a qualificação exigida no item 4 do Termo de Referência.

1.4. Os serviços objeto do presente instrumento serão desenvolvidos em conformidade com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, integrante do presente contrato, podendo sofrer alterações, nos termos da Lei e de acordo com as necessidades da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

1.5. Para a execução diária dos serviços a CONTRATADA deverá manter sempre disponíveis à utilização imediata, no mínimo, os equipamentos e materiais constantes do Anexo I - Termo de Referência.

1.6. Por necessidade ou conveniência da Administração, o horário de início da jornada diária do posto de trabalho poderá ser antecipado ou postergado, mantida a carga horária contratual originária do posto. Em tais casos, os Gestores dos Contratos comunicarão à contratada com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

1.7. Caso a licitante vencedora seja optante pelo “SIMPLES NACIONAL” e pretenda utilizar-se da hipótese de não retenção prevista no art. 4º, inciso XI, da Instrução Normativa nº 1.234/2012 e suas alterações, da Secretaria da Receita Federal, deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, declaração nos moldes e forma preconizados no art. 4º e Anexo IV, para fins da Lei Complementar nº 123/2006.

1.8. A descrição completa dos serviços e demais obrigações da futura Contratada em relação ao objeto estão presentes no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **20 (vinte) meses** contados a partir de **xx/xx/xxxx**, admitida sua prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. Conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 fica autorizada a prorrogação decenal do Contrato, desde que atendidas todas as condições estipuladas no referido artigo e na Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATANTE, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.3. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.4. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A execução completa do Contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada e até o adimplemento recíproco das obrigações dele decorrentes.

2.7. O Contrato não poderá ser prorrogado quando:

2.7.1. A CONTRATADA tiver sido declarada Inidônea ou impedida de licitar ou contratar com a União ou pela CONTRATANTE.

2.7.2. A CONTRATADA não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista.

2.7.3. A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do Contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

CLÁUSULA III - DO PREÇO

3.1. Pela execução do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ (.....), composto pelos valores unitários mensais discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços, anexa a este Contrato.

3.2. Incluídos no preço acima estão todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, bem como despesas com transporte, que correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA IV - DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

4.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços, apresentada pela CONTRATADA por ocasião da aceitação no Pregão Eletrônico, integra este Contrato, assim como a Proposta e o Termo de Referência.

4.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços é o instrumento pelo qual a CONTRATANTE acompanhará a execução contratual no que tange ao pagamento dos funcionários da CONTRATADA, ao recolhimento dos

encargos previdenciários e fundiários incidentes e demais parcelas que demonstram os custos desta contratação.

4.2.1. Os valores relativos a salários pagos aos funcionários da CONTRATADA durante a execução contratual deverão manter, no mínimo, os valores indicados na Planilha de Custos e Formação de Preços.

4.2.1.1. A fiscalização do cumprimento da Cláusula anterior será realizada mensalmente por ocasião do preparo dos pagamentos.

4.3. Igualmente, a Planilha de Custos e Formação de Preços será a base para avaliar, calcular e, se for o caso, conceder as repactuações ao Contrato, tema que é contemplado em Cláusula própria.

4.3.1. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação sofrerão os ajustes necessários.

4.3.1.1. No caso específico do Aviso Prévio Trabalhado e do Aviso Prévio Indenizado, conforme entendimento do TCU, expresso no Acórdão n.º 1.186/2017 – Plenário, após o decurso de um ano os percentuais iniciais incidentes sobre a remuneração serão reduzidos à décima parte do índice inicial, calculados sobre a mesma base.

4.4. O profissional designado para a atividade de preposto não consta das planilhas detalhadas aplicadas aos demais cargos. A previsão do custo de suas atuações no Contrato estão contempladas nos Custos Indiretos, Módulo V “A”, da Planilha de Custos e Formação de Preços.

CLÁUSULA V- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas atinentes à execução deste Contrato serão atendidas com os recursos assim consignados: Programa de Trabalho -; Natureza da Despesa - e Nota de Empenho n.º, datadas de

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA deve cumprir o objeto deste Contrato, nos termos de sua proposta, sempre em conformidade com os requisitos e com as condições estabelecidas em suas cláusulas, com as regras do Edital da licitação, além das constantes do Anexo I – Termo de Referência.

6.2. Compete à CONTRATADA a iniciativa de informar a CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

6.3. A CONTRATADA deve atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências da CONTRATANTE relativamente à execução do seu objeto nos termos pactuados ou para o cumprimento de obrigações acessórias.

6.4. A CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do Contrato, para aceitação da CONTRATANTE, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências da CONTRATANTE ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do Contrato.

6.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

6.5. A CONTRATADA deve comprovar o vínculo societário ou empregatício do(s) profissional(is) que vier(em) prestar serviços nas dependências da CONTRATANTE mediante a apresentação do Contrato Social ou registro cadastral no SICAF, quando se tratar de sócios da empresa ou cópia autenticada do registro na CTPS, relação de empregados ou GFIP-SEFIP, quando se tratar de empregado.

6.5.1. Aplica-se o disposto no item anterior sempre que houver ingresso de novo trabalhador como executor do serviço na relação contratual.

6.6. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal juntamente com os comprovantes de **pagamento dos salários do mês a que se refere o faturamento (recibos de depósitos bancários)**,

benefícios e encargos legais, cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador a CONTRATANTE; cópia dos contracheques, comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros); extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e do INSS ou Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) dos trabalhadores alocados ao Contrato, relativos ao período exigível.

6.7. A CONTRATADA deverá ainda:

6.7.1. substituir definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sempre que exigido pela CONTRATANTE, e independentemente de justificativa, qualquer profissional alocado para prestação dos serviços, cujo desempenho, conduta ou comportamento sejam considerados como prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios ao interesse do serviço público, sendo vedado o retorno do profissional substituído para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou quaisquer ausências de outros profissionais;

6.7.2. manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção;

6.7.4. comunicar ao Gestor, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

6.7.5. autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

6.8. Os documentos a seguir relacionados deverão ser reapresentados em até 05 (cinco) dias úteis a contar da expiração da validade, caso vençam antes do final da vigência do presente instrumento, devendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário da CONTRATANTE, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

6.8.1 Certificado de Regularidade junto ao FGTS;

6.8.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.8.4. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN;

7.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT.

6.9. Os documentos a seguir serão consultados por ocasião da prorrogação contratual, sendo sua regularidade condição para a renovação da avença:

6.9.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, da Controladoria Geral da União;

6.9.2. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, do Portal da Transparência;

6.9.3. Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

6.9.4 Comprovante da inexistência de registro ativo no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

6.10. O não cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição deste Contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções nele estabelecidas.

6.11. A CONTRATADA obriga-se a comprovar o cumprimento, durante toda a vigência do Contrato, das exigências de reserva de cargos em cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei n.º 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

6.12. A CONTRATADA obriga-se a não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.13. É vedado à **CONTRATADA e aos seus empregados** *promover qualquer utilização de informações e dados a que tiver acesso em razão do presente contrato, nos termos da Lei n. 13.709/2018.*

6.14. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente os dados de seus empregados e empregadas que prestarão serviços à Justiça Federal do Rio Grande do Sul, conforme previsto no art. nº 10 da [Resolução CNJ nº 587, de 04/10/2024](#).

6.15. As ausências não substituídas de trabalhadores alocados em postos de trabalho da contratante pelo motivo do art. 473, inciso XII, da CLT, não ensejarão multa contratual por falta, desde que a empresa comprove inequivocadamente que a ausência do trabalhador se deu para a realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. À CONTRATANTE compete, além das obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência, as que seguem:

7.1.1. acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto contratual por intermédio do Gestor designado neste Instrumento;

7.1.2. exigir o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais;

7.1.3. receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução deste Contrato;

7.1.4. reter preventivamente valores correspondentes às penalidades pecuniárias cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso;

7.1.5. aplicar as multas e sanções previstas neste Contrato;

7.1.6. efetuar o pagamento do preço contratado após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal pelo Gestor.

CLÁUSULA VIII – DA RETENÇÃO

8.1. Nos termos da **Resolução nº 651/2025**, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Instrução Normativa n.º 001/2016, do Conselho da Justiça Federal, as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/ SESC/ SENAC/ INCRA/ SALÁRIO EDUCAÇÃO/ FGTS/ RAT+FAT/ SEBRAE, etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, indicadas na Planilha Custos e Formação de Preços serão deduzidas do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA para prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, e depositadas em conta vinculada - bloqueada para movimentação - na Caixa Econômica Federal pela **Administração**.

8.2. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, depositados na conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA.

8.3. Os valores referentes às rubricas mencionadas no art. 3º da Resolução CNJ nº 651/2025, serão retidos do pagamento mensal à CONTRATADA, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

8.4. Eventuais despesas para abertura de conta depósito vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da CONTRATADA.

8.5. A Caixa Econômica Federal não poderá cobrar tarifa relativa aos custos de manutenção da conta a ser aberta.

8.6. Os saldos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança.

8.7. Será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta depósito vinculada, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 1º da Resolução CNJ n.º 651/2025, o valor das despesas com a cobrança de abertura da referida conta corrente, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta.

8.8. A CONTRATADA deverá proceder, no prazo de vinte dias, a contar da notificação da CONTRATANTE, à assinatura dos documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e de termo específico da Caixa Econômica Federal que permita a CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da CONTRATANTE. No caso de não observância do referido prazo estará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no instrumento contratual.

8.9. A CONTRATADA poderá solicitar autorização da CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, para resgatar os valores referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas e demais parcelas de retenção dos empregados que prestam os serviços contratados, ocorridas durante a vigência do Contrato mediante as devidas comprovações de pagamento nos termos da Resolução CNJ n.º 651/2025:

8.9.1. a movimentação dos recursos na conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - se dará mediante solicitação ou autorização da CONTRATANTE;

8.9.2. o acesso à conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - pela CONTRATANTE, fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, por parte da CONTRATADA, nos termos do Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº 26/2024, firmado entre a JFRS e a Caixa Econômica Federal.

8.10. A ocorrência de eventos previstos no art. 5º da Resolução CNJ n.º 651/2025 permitem liberações de verbas mesmo após a extinção do Contrato, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela CONTRATADA para prestação dos serviços no período de sua vigência.

8.11. Com a assinatura do presente Contrato, a CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente

aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

8.12. A Justiça Federal reterá da CONTRATADA percentuais sobre as rubricas indicadas no art. 3º da Resolução CNJ nº 651/2025. Nos termos do art. 7º da Instrução Normativa nº 01/2016, do Conselho da Justiça Federal - CJF, os percentuais a serem aplicados para os descontos das faturas e depósitos na conta vinculada obedecerão o seguinte:

a) quanto às férias e ao 13º salário: a retenção será realizada no percentual de 9,09%, utilizando-se a base de cálculo: $[(1/11) \times 100]$;

b) quanto ao terço constitucional: a retenção será realizada no percentual de 3,03%, utilizando-se a base de cálculo: $[(1/3) \times (1/11) \times 100]$;

c) quanto à multa do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa: a retenção será realizada no percentual de 0,16%, utilizando-se a base de cálculo: $(0,08 \times 0,4 \times 0,05)$, considerada a incidência da multa do FGTS sobre a remuneração, férias, terço constitucional e 13º salário, bem como o disposto na LC nº 110/2001;

d) quanto à incidência dos encargos previdenciários e do FGTS, total do submódulo 2.2 do Anexo VII - d, da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, esta recairá sobre a soma dos percentuais de férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

8.12.1. Nos termos do art. 11 da Instrução Normativa CJF nº 001/2016, com a finalidade de cumprir o disposto no art. 147 da Consolidação das Leis do Trabalho (férias proporcionais), bem como o disposto no parágrafo único do art. 76 do Decreto nº 10.854/2021 (13º proporcional), a Justiça Federal reterá integralmente a parcela relativa a esses encargos quando a prestação dos serviços for igual ou superior a 15 (quinze) dias.

8.13. Conforme dispõe o art. 8º da Instrução Normativa CJF nº 001/2016, as retenções realizadas sobre as folhas de pagamento das empresas deverão observar as alterações dos arts. 202-A, 303, 305 e 307 do Regulamento Geral da Previdência – Decreto nº 6.957/2009 – para adequar ao FAP (Fator Acidentário de Prevenção), nas seguintes considerações:

a) o cálculo do RAT (Risco do Acidente do Trabalho) Ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: $RAT\ Ajustado = RAT \times FAP$ (Fator Acidentário de Prevenção). Na aplicação da máxima ou mínima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas de RAT (1%, 2% e 3%), aduz o RAT Ajustado a uma variação entre 0,5% a 6%.

b) para comprovação dos percentuais indicados pelas licitantes, será necessária a juntada da certidão contendo o percentual do FAP no momento da apresentação das propostas.

c) o reequilíbrio contratual advindo da aplicação do RAT Ajustado poderá ocorrer juntamente com a repactuação, por força da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, desde que seja comprovada documentalmente a variação da contribuição, retroagindo à data de alteração do RAT.

8.14. Nos termos do art. 5º, da Resolução CNJ nº 651/2025, a CONTRATADA poderá solicitar autorização da Justiça Federal para:

8.14.1. Pagamento direto aos empregados: quando o tribunal ou conselho autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

8.14.2. Resgate pela contratada: quando a empresa comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

8.14.2.1. Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II, a empresa contratada deverá apresentar à unidade competente do tribunal ou conselho os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução do contrato.

8.15. Pelo instrumento contratual, a CONTRATADA autoriza a Justiça Federal a fazer o desconto e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, do valor mensal faturado, sempre que verificada falha no cumprimento dessas obrigações, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.16. O Termo de Cooperação Técnica firmado entre a JFRS e a Caixa Econômica Federal visando à abertura de contas para depósitos vinculados a obrigações estabelece que a Caixa Econômica Federal está impossibilitada de cobrar tarifa relativa aos custos de manutenção da conta a ser aberta. As transferências de recursos entre as contas na Caixa serão totalmente isentas de tarifas e as transferências realizadas para contas em outros bancos serão cobradas conforme tabela de tarifas da Caixa, em vigor na data de sua realização, pagas no ato da transferência ou descontadas do valor a ser transferido, à opção da CONTRATADA.

8.17. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA IX – DAS HORAS EXTRAS

9.1. A CONTRATANTE reembolsará horas extras à CONTRATADA quando ultrapassada a carga normal de trabalho nos serviços prestados, observado o seguinte:

9.1.1. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias, **por escrito**, a necessidade de atendimento;

9.1.2. A CONTRATADA deverá designar, com antecedência mínima de 01 (um) dia, o(s) funcionário(s) que prestará(ão) o serviço;

9.1.3. A CONTRATADA deverá emitir faturamento específico para as horas extras, instruindo-o com a comprovação do seu efetivo pagamento ao empregado.

9.2. Hipóteses não previstas neste Contrato deverão ser submetidas pelo Gestor à prévia análise e autorização de autoridade administrativa superior.

CLÁUSULA X - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto do Contrato, a Justiça Federal designa:

10.1.1 Para gestor, o(a) Diretor(a) da Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, o(a) qual poderá ser contatado diretamente pelo telefone (51) 3214-2055 ou do e-mail dhs31@jfrs.jus.br.

10.1.2 Para Fiscal Técnico, o Supervisor da Seção de Saúde da da Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, que poderá ser contatado diretamente junto à referida unidade ou por intermédio do telefone (51) 3214-2074 ou do e-mail car10@jfrs.jus.br.

10.1.3. Para fiscal administrativo, o xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx da Subseção Judiciária de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que poderá ser contatado diretamente junto à referida unidade ou por intermédio do telefone (51) xxxxxxxxxxxx ou do e-mail xxxxxxxxxxxx@jfrs.jus.br.

10.2. Ao **Gestor** compete, entre outras atribuições:

10.2.1. convocar a realização de reunião inicial, com a participação dos fiscais técnico e administrativo do contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, para apresentação do preposto da empresa, prestar esclarecimentos e repassar conhecimentos necessários, o que será registrado em ata;

10.2.2. coordenar e acompanhar a fiscalização, exigindo da contratada o exato cumprimento do contrato, seus anexos e aditivos, nos termos e condições previstas;

10.2.3. autuar, quando necessário, processo para o encaminhamento de proposições ou de documentação diversa recebida do contratado, que requerem análise própria da administração, à parte do processo de contratação originária ou de pagamento periódico, relacionando-os;

10.2.4. promover e manter registro próprio de acompanhamento e fiscalização diária, quanto às deliberações, orientações e pedidos de providências de rotina, ordinariamente efetuados à contratada, objetivando a observância de obrigações, a melhoria de atuação, a correção e qualificação de serviços e de segurança do trabalho, a prevenção de acidentes, hipóteses de mora, inadimplementos e sanções, de modo a constituir o histórico de conduta e desempenho da contratada, representante e colaboradores;

10.2.5. acompanhar os registros efetuados pelo(s) fiscal(is) no processo de gestão, para a adoção das medidas cabíveis, sempre que for o caso, bem como acompanhar a efetivação dos encaminhamentos e comunicações necessárias à preservação e manutenção da regularidade contratual;

10.2.6. encaminhar à Divisão de Apoio Administrativo relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações contratuais assumidas e que sujeitam a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste Contrato, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

10.2.7. analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente;

10.2.8. lavrar o recebimento definitivo/atesto do objeto da contratação, devendo ser efetuado à vista do documento fiscal competente e da documentação técnica exigida para a regularidade do ato e instrução do pagamento;

10.2.9. encaminhar os autos ao setor responsável pelo preparo e verificação da conformidade do pagamento e/ou ainda, conforme o caso, diretamente à unidade financeira, após efetuado e formalizado o atesto.

10.3. Ao **Fiscal técnico** compete, entre outras atribuições:

10.3.1 acompanhar, fiscalizar e exigir da contratada o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas no contrato/nota de empenho/ata de registro de preços, conforme o caso;

10.3.2. registrar, no processo de gestão, comunicando ao gestor, eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações efetuadas à contratada;

10.3.3. atuar, conjuntamente com o fiscal administrativo, para a efetivação do recebimento provisório e, se for o caso, promovendo ou instando a adoção incontinenti de medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da contratada para que proceda, imediatamente, à retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto, condições ou disposições firmadas na contratação, sem prejuízo de eventual notificação pela área administrativa;

10.4. Ao **Fiscal administrativo** compete, entre outras atribuições:

1.4.1. Verificar a conformidade dos documentos fiscais apresentados com o objeto executado;

10.4.2. Controlar prazos de pagamento, vigência contratual e prazos para reajustes, quando cabíveis;

10.4.3. Conferir os aspectos formais e administrativos da execução, tais como presença de garantias, seguros, certidões, alvarás e outros documentos exigidos no edital ou contrato;

10.4.4. Informar ao(à) Gestor(a) do Contrato sobre inconformidades administrativas ou documentais.

10.4.5. cabe ao fiscal administrativo também, no que couber, as atribuições previstas na Resolução 269/2023 do TRF4.

10.5. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata este capítulo serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

10.6. Quando o serviço for prestado em apenas uma Subseção Judiciária, a critério do gestor designado, as funções de fiscal administrativo poderão ser acumuladas pelo fiscal técnico ou pelo próprio gestor.

CLÁUSULA XI - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

11.1. Serão realizados pagamentos mensais com a liberação do pagamento dos serviços efetivamente executados.

11.1.1. Os pagamentos mensais ficam condicionados à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas exigíveis relativas ao mês da prestação dos serviços, tais como: registro de ponto; recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; comprovante de depósito do FGTS; recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional; recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato; recibo de pagamento de vale-transporte e vale alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor, mensalmente, Nota Fiscal discriminada dos serviços prestados, sem prejuízo dos demais documentos determinados neste Contrato e seus anexos, em especial os previstos no item 7.8. deste Contrato:

"Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal juntamente com os comprovantes de pagamento dos salários do mês a que se refere o faturamento (recibos de depósitos bancários), benefícios e encargos legais, cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador a CONTRATANTE; cópia dos contracheques, comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros); extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e do INSS ou Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) dos trabalhadores alocados ao Contrato, relativos ao período exigível."

11.3. A Nota Fiscal entregue pela CONTRATADA deverá conter, obrigatoriamente:

11.3.1. a razão social completa e o número no CNPJ de acordo, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da nota de empenho e do Contrato;

11.3.2. o nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta corrente da CONTRATADA;

11.3.3. a informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.4. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

11.4.1. “Recebimento provisório”: será lavrado na data da entrega do bem e/ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento.

11.4.2. “Recebimento definitivo”: será lavrado em até 10 (dez) dias corridos após o “recebimento provisório”, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021, compreendendo a aceitação do bem e/ou do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

11.4.3. “Atesto”, será lavrado após o “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

11.4.4. não sendo o caso de termo circunstanciado, o “atesto” supre os efeitos do “recebimento definitivo”;

11.4.5. o não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o “atesto”, implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

11.5. O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito em conta corrente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto na Nota Fiscal.

11.5.1. O atesto somente será emitido após a integral comprovação da quitação das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

11.6. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste instrumento.

11.7. O pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, não se confunde com a obrigação da CONTRATADA de efetuar o pagamento da remuneração de seus empregados, cujo prazo é definido pela CLT. Assim, não cabe alegação de que primeiro a CONTRATANTE deve pagar pelos serviços, para posteriormente a CONTRATADA efetivar o pagamento a seus empregados.

11.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

11.9. Nos casos de aquisição de itens de mero fornecimento deverá ser utilizado BDI de 16,80%, conforme Acórdão TCU nº 2622/2013 Plenário.

CLÁUSULA XII – DA MORA

12.1. O atraso na execução do objeto contratado, sem justificativa, por escrito, aceito pela CONTRATANTE, constitui a CONTRATADA em mora, sujeitando-a à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, apurada sobre o valor total da obrigação em atraso, a contar da data final do prazo estipulado para execução do objeto, observado o limite de 12% (doze por cento).

12.2. Ocorrendo hipótese de multa de mora, o valor correspondente será retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à CONTRATADA ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

12.3. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, sujeitando-se a CONTRATADA às multas e penalidades previstas (sanções).

12.4. A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia de execução acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

12.4.1. O atraso referido no item acima quando superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inc. I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XIII – DAS SANÇÕES

13.1. O inadimplemento total ou parcial do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa de 20% (vinte por cento), aplicável sobre a parcela inadimplida.

13.2. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) do valor do faturamento correspondente ao âmbito da obrigação não cumprida, ou cumprida em desacordo.

13.2.1. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da CONTRATADA em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

13.3. Será considerada como falta grave, sujeita às sanções previstas, a falha na execução do Contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário e demais itens previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços, assim como vale-transporte, auxílio-alimentação etc.

13.4. As multas previstas neste contrato, decorrentes de mora ou descumprimento de sanção principal ou acessória, podem ser cumulativas.

13.5. A CONTRATANTE poderá exigir indenização suplementar da CONTRATADA no caso de eventual prejuízo oriundo do descumprimento total ou parcial do contrato no que exceder o previsto nesta cláusula.

13.6. Na forma prevista no art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, além das sanções pecuniárias estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I daquele dispositivo, quando der causa à inexecução parcial do Contrato.

13.7. Nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 3 (três) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União Federal, além de descredenciada do SICAF, no caso de:

13.7.1. dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano a CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.7.2. dar causa à inexecução total do Contrato;

13.7.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.8. Nos termos do art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, a CONTRATADA poderá ficar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, suas Autarquias e Fundações, além de descredenciada do SICAF, pelas infrações previstas no item anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e no caso de:

13.8.1. prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

13.8.2. praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

13.8.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.8.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

13.9. Na aplicação das sanções previstas neste Contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programas de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, bem como os antecedentes da CONTRATADA, sendo facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do que dispõem os arts. 157 e 158 da Lei n.º 14.133/2021.

13.10. Aplica-se às hipóteses de multas de que trata esta Cláusula, o mesmo procedimento de retenção do valor correspondente previsto para a multa de mora.

13.11. As multas ou outras penalidades aplicadas, inclusive no caso de mora, serão registradas no histórico da CONTRATADA, no SICAF.

13.12. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.13. Em caso de reincidência, seja por mora ou inadimplemento contratual, tanto de obrigação principal como acessória, o contrato poderá ser rescindido, sem ônus para a CONTRATANTE.

13.14. A rescisão do contrato, motivada por qualquer um dos itens acima, dar-se-á sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA XIV – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos, empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto deste Contrato.

14.1.1. O acompanhamento e fiscalização do objeto contratual exercidos pela CONTRATANTE, não exclui em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, inclusive perante terceiros.

14.1.2. a CONTRATANTE estipulará prazo razoável para o saneamento de irregularidade ou ilegalidade, bem como a reparação ou indenização de eventuais prejuízos ou danos causados ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros.

CLÁUSULA XV – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 104 e art. 124, e poderá ser extinto consoante disposição do art. 106, inciso III, c/c os art. 137 e 138, todos da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XVI – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

16.1. É admitida repactuação deste Contrato, conforme estabelece o art. 135 da Lei n.º 14.133/2021.

16.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

16.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

16.1.4. A repactuação do Contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

16.1.4.1. Ao valor de vale alimentação será aplicado o mesmo percentual de repactuação.

16.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

16.2.1. da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

16.2.2. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

16.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

16.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

16.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

16.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

16.4.2.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

16.4.2.2. as particularidades do contrato em vigência;

16.4.2.3. a nova planilha com variação dos custos apresentada;

16.4.2.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

16.4.2.5. a disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

16.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser proferida no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.4.3.1. Este prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

16.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

16.4.5. a CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

16.4.6. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste instrumento serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

16.5. A parcela referente ao “aviso prévio trabalhado”, constante no Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços, terá sua cotação reduzida para 0,1944% após 12 (doze) meses de prestação dos serviços, quando se considerará integralizado seu pagamento, devendo este novo percentual ser descontado até o final do Contrato.

16.5.1. No caso de acréscimo de serviços ao contrato, será considerada devida a cotação da parcela referente ao “aviso prévio trabalhado”, a contar do início da prestação destes serviços até sua efetiva integralização (em 12 meses), no mesmo percentual da proposta inicial. Após este período, a parcela terá sua cotação reduzida, conforme item acima.

16.6. Os valores relativos aos insumos, equipamentos, uniformes e EPIs serão repactuados após a periodicidade de um ano, contada da data da apresentação da proposta, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com a Lei n.º 10.192/2001.

16.6.1. O reajuste contratual será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_o)/I_o) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I_o = Índice da data da apresentação da proposta.

V = Valor Contratual.

16.7. Ao valor de vale alimentação, será aplicado o mesmo percentual de reajuste previsto na CCT vinculada ao Contrato, exceto se a CCT estipular o valor do mesmo.

CLÁUSULA XVII - DOS ANEXOS

17.1. Integram este Contrato, como anexos, as cópias da proposta apresentada pela CONTRATADA (doc.), do Anexo I – Termo de Referência (doc.), da Planilha de Custos e Formação de Preços – Anexo IV (doc.) e dos Termos de Julgamento e de Homologação do Pregão (doc.) das quais os signatários declaram ciência.

17.2. Prevalecem as disposições deste Instrumento em face de condições discordantes constantes da proposta da CONTRATADA ou que impliquem prejuízo às prerrogativas da Administração, estabelecidas no artigo 104 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XVIII – DO CÓDIGO DE CONDUTA

18.1. Conforme o Art. 5º do Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela Resolução n.º 147 – CJF de 15/04/2011, a CONTRATANTE não será tolerante com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

18.1.1. As atitudes discriminatórias ou preconceituosas previstas neste item considerar-se-ão como não cumprimento de obrigação acessória, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na Cláusula relativa às sanções, constante deste Instrumento.

CLÁUSULA XIX - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. Para efeitos desta Cláusula, CONTRATANTE e CONTRATADA passam a ser referidos como PARTES.

- 19.2. As PARTES, por si e por seus colaboradores, comprometem-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Privacidade, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei n.º 13.709/2018 e a Resolução n.º 363/2021 – CNJ.
- 19.3. A coleta, processamento e armazenamento de informações e dados pessoais coletados em decorrência do objeto deste Termo, ou sua operacionalização, será realizada pelas PARTES visando unicamente ao cumprimento de seu objeto, dentro de seu escopo e segundo sua permissão e finalidade de acesso.
- 19.4. As PARTES declaram que os dados pessoais coletados no presente Contrato serão aqueles estritamente necessários para o cumprimento das obrigações assumidas, e não sofrerão nenhum outro tipo de tratamento, nos termos do artigo 7º, inciso IX da Lei n.º 13.709/18.
- 19.5. As PARTES se comprometem a utilizar e manter medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida, bem como para fornecer acesso aos titulares de tais dados caso solicitado.
- 19.6. As PARTES comprometem-se a treinar e orientar seus colaboradores sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.
- 19.7. As PARTES declaram, garantem e concordam que as Informações e Dados Pessoais, quando compartilhadas entre ambas, serão tratadas como confidenciais e sigilosas, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.
- 19.8. Cada PARTE se compromete a obter e apresentar a outra PARTE, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos Termos de Consentimento e Autorização dos titulares para tratamento dos dados pessoais dos quais forem Controladoras, bem como, os respectivos Termos de Compromisso e Responsabilidade pelo Acesso e Tratamento de dados realizado por seus colaboradores.
- 19.9. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da outra PARTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- 19.10. Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra PARTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 19.11. Cada PARTE deverá notificar à outra em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais, que possa caracterizar um Incidente de Privacidade, como destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados de Informações Pessoais transmitidos, armazenados ou processados de outra forma, informando, ainda, a natureza do Incidente de Privacidade, as categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de Informações Pessoais impactados por tal Incidente de Privacidade.
- 19.12. As PARTES concordam em cooperar plenamente uma com a outra, investigar e resolver qualquer incidente de privacidade e fornecer à outra PARTE qualquer informação necessária para a solução do incidente, minimizando todos os impactos causados.
- 19.13. As PARTES responsabilizam-se, integralmente, por qualquer violação, comprometimento e/ou vazamento de dados a que derem causa, durante e em decorrência da execução Contrato, seja direta ou indiretamente, devendo indenizar os danos que causarem, seja à outra PARTE ou a um titular de dado, seja ele patrimonial, moral, individual ou coletivo ainda que por culpa ou dolo de terceiros que, em seu nome, atuem no tratamento de dados pessoais.
- 19.14. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, as PARTES interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), na forma do artigo 16 da Lei n.º 13.709/2018, salvo quando necessitem mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na mesma norma.

CLÁUSULA XX – DOS PRAZOS

20.1. Todos os prazos para cumprimento de obrigações por parte da Contratada, estabelecidos neste Edital e em seus anexos, bem como no futuro Contrato, serão contados em **dias contínuos**, não se interrompendo em sábados, domingos ou feriados, **salvo disposição expressa em contrário neste instrumento**.

20.2. Na contagem dos prazos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.

20.2.1. Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil seguinte ao da comunicação, notificação ou intimação, ou da data estabelecida como marco inicial para o cumprimento da obrigação.

20.2.2. Se o vencimento do prazo recair em dia em que não houver expediente administrativo no órgão contratante, ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

20.3. A contagem do período de atraso para fins de apuração de mora e aplicação de sanções iniciar-se-á no primeiro dia subsequente ao do encerramento do prazo fixado para o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As **comunicações, solicitações, notificações ou intimações** da Administração decorrentes desta licitação serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas, via **e-mail**, para o endereço eletrônico indicado pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, **para todos os efeitos legais**, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica, **sendo de responsabilidade exclusiva da contratada (licitante vencedora) comunicar qualquer alteração de seus dados.**

21.2. Todos os documentos exigidos em razão do presente contrato deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor de Unidade desta Justiça Federal, responsável pela sua instrução.

21.3. A CONTRATADA DECLARA a inexistência, no seu quadro societário, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, o que implicaria impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução nº 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

21.3.1. O impedimento estende-se na hipótese de ter a CONTRATADA, no quadro de pessoal, empregados destinados à prestação de serviços decorrentes deste Contrato, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, consoante determinado na Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

21.4. Incumbe ao Serviço de Informação e Inteligência, criado através da Resolução TRF4 53/2016, mediante supervisão e coordenação da Comissão Permanente de Segurança, respeitadas as garantias legais e fundamentais do sigilo, as seguintes atividades:

21.4.1. realizar investigação social prévia, coletando dados sobre antecedentes criminais e conduta social de candidatos(as), com a finalidade de subsidiar os gestores na contratação de prestadores(as) de serviços e estagiários(as), observada a devida impessoalidade exigida pela lei nas contratações públicas.

21.4. O presente Instrumento será firmado através de sistema de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, garantida a eficácia das Cláusulas cujo compromisso é assumido.

CLÁUSULA XXII – DA PUBLICIDADE

22.1. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 91, *caput* da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATANTE promoverá a publicação deste Contrato em sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA XXIII - DO FORO

23.1. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas deste Ajuste.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.

Porto Alegre/RS, de de 2026.

JUSTIÇA FEDERAL PRIMEIRO GRAU/SJRS

Juiz(íza) Federal Diretor(a) do Foro

CONTRATADA

Representante



Documento assinado eletronicamente por **CLÉVERTON TOSETTO AMARAL**, **Diretor da Divisão de Apoio Administrativo**, em 24/06/2026, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **8487314** e o código CRC **1AE8B77E**.